

PAUTAS INSUBMISSAS

**ENTREVISTA COM LUIS FELIPE MIGUEL:
O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil**

**INTERVIEW WITH LUIS FELIPE MIGUEL:
The coup of 2016 and the future of democracy in Brazil**

Cleyton Feitosa¹



Luis Felipe Miguel em palestra.
Fonte: acervo do entrevistado.

APRESENTAÇÃO

“O pesquisador defende a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade e o retorno do Brasil à normalidade democrática. Além disso, é professor titular livre do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq”. Com essa descrição no seu currículo lattes² Luis Felipe Miguel diz a que veio: se posiciona como intelectual crítico ao Governo Temer e, mais que isso, expõe sua personalidade engajada e

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração Democracia e Sociedade. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). E-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com.

² Cuja versão completa pode ser acessada em: <http://lattes.cnpq.br/0988858984939965>. Acesso em: 29/04/2018.

comprometida com os valores da esquerda, sem medo de acusações de parcialidade ou partidárias.

A firmeza das posições políticas do professor Luis Felipe podem ser conferidas na sua página pessoal do Facebook³, nas palestras em que profere, nos livros e artigos que publica, nos temas e atividades do Grupo de Pesquisa que coordena, o Demodê⁴, e nas disciplinas que oferta no IPOL/UnB.

Foi a amálgama entre pensamento crítico e conjuntura reacionária que deflagrou o episódio que colocou Luis Felipe Miguel no centro do debate político marcado, de um lado, por defensores da democracia brasileira e, de outro, pelo golpismo que vigora no país desde a intercorrência do impeachment sem crime de responsabilidade que interrompeu o mandato legítimo da Presidenta Dilma Rousseff. De modo bastante conectado aos processos políticos e sociais e na contramão das críticas que acusam a universidade brasileira de ser fechada em si mesma, Luis Felipe ofertou a disciplina “Tópicos Especiais em Ciência Política 4 – O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil” para o curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília onde leciona desde 1996.

Após a divulgação da ementa da disciplina na sua rede social⁵, o Ministro da Educação do Governo Temer, Mendonça Filho (DEM-PE), ameaçou na sua página no Facebook⁶ “amanhã acionarei AGU, CGU, TCU e MPF para apurar se há algum ato de improbidade administrativa ou prejuízo ao erário a partir da disciplina. É preciso elucidar esse episódio”, em 21 de fevereiro de 2018. A tentativa de censura de um representante oficial do Governo Temer e ocupante do maior cargo público na área educacional repercutiu como uma bomba no meio acadêmico e político. Não só porque o artigo 206 da Constituição Federal garante que o ensino será ministrado com base nos princípios da liberdade de aprender e ensinar com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas como também porque o Brasil possui cicatrizes políticas marcadas pelo autoritarismo de Estado e pela censura largamente utilizada

³ <https://www.facebook.com/luisfelipemiguel.unb>. Acesso em: 29/04/2018.

⁴ <http://www.demode.unb.br/>. Acesso em: 29/04/2018.

⁵ <http://demode.unb.br/images/ementas/Tpicos%20Golpe.pdf>. Acesso em: 29/04/2018.

⁶ https://www.facebook.com/pg/mendoncafilhoPE/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 29/04/2018.

na Ditadura Militar que provocaram inúmeras violações de direitos humanos sem a adequada justiça de transição até hoje.

Como resposta à tentativa de censura, inúmeros acadêmicos, ativistas e membros da classe política se manifestaram com indignação à postura do gestor e com intensa solidariedade ao professor Luis Felipe. A reação progressista desencadeou a oferta de cursos semelhantes em diversas universidades brasileiras: disciplinas, cursos de extensão, mini-cursos, seminários, palestras, conferências, entre outros formatos, passaram a debater o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil em solidariedade à Luis Felipe e em defesa da universidade pública e da autonomia pedagógica docente. É importante assinalar que essa entrevista é parte integrante também desse conjunto de iniciativas que se colocam ao lado do professor Luis Felipe Miguel e visam repudiar os movimentos de censura que rondam a educação brasileira nesse momento a exemplo do Escola Sem Partido.

Contudo, quem conhece mais de perto Luis Felipe Miguel sabe que esse acontecimento trata-se de um episódio infeliz na sua rica trajetória acadêmica. Autor de uma extensa produção intelectual, distribuída em livros e artigos publicados em periódicos bem classificados pela CAPES, o Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas tem muito a nos dizer sobre temas complexos que operam como obstáculos à construção democrática brasileira, tais como a mídia, as relações de gênero e a representação política. E é isso que a entrevista explora: o episódio lamentável que o colocou em evidência a partir de suas próprias percepções sem menosprezar sua trajetória, sua produção acadêmica e seu potencial crítico para fazer diagnósticos e prognósticos sobre a realidade social.

CF: Para conhecermos melhor sobre você, poderia nos falar um pouco da sua biografia e da sua formação acadêmica?

LFM: Na verdade eu venho de uma família de esquerda. Uma família politizada. Tanto é que eu sou carioca porque os meus pais eram de Florianópolis, mas como meu pai era jornalista com envolvimento na esquerda, minha mãe era comunista, depois do Golpe de 64 eles não

tinham mais clima para permanecer em Florianópolis. Os dois tinham sido presos e daí eles se mudaram pro Rio de Janeiro exatamente para se perderem em uma cidade maior. Então eu tenho já de casa essa vivência e esse contato com ideais e com ideias socialistas, feministas. Isso vem de casa. Daí então eu nasci no Rio de Janeiro, quando foi possível, ao final do Regime Militar minha família voltou para Florianópolis, eu fui morar em Florianópolis e acabei fazendo meu curso de Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC].

Na época eu fiz a Graduação e, ao mesmo tempo, já trabalhei como repórter dos jornais locais e também militava no Movimento Estudantil e no Partido Comunista Brasileiro [PCB] na época. Quando eu terminei minha Graduação, como eu já tinha tido a oportunidade de trabalhar como jornalista, eu já sabia que não era aquilo que eu queria, então eu ganhei esse tempo, vamos dizer assim, de me desiludir com a profissão que eu tinha escolhido e eu decidi então fazer o Mestrado na Ciência Política. Eu às vezes digo que foi um entendimento de que aqueles discursos sobre a política com os quais eu estava mexendo, o discurso do jornalismo político, o discurso da militância partidária, eram insuficientes e por isso eu procurei a Ciência Política, mas é claro que isso é um pouco daquilo que o Bourdieu chama de uma ilusão biográfica. Na verdade, eu não queria mais ser jornalista e não tinha muito em pensar como me manter. Não queria continuar vivendo na casa dos meus pais. Então fazer um Mestrado fora com perspectiva de bolsa era a chance que eu tinha.

Eu fiz o Mestrado aqui na Universidade de Brasília. Na época eu trabalhei com relações civis e militares durante o Governo Sarney. O meu tema foi a relação entre civis e militares no Governo Sarney e eu emendei o Mestrado no Doutorado que eu fiz na Unicamp orientado pela professora Evelina Dagnino e o meu Doutorado foi um tema completamente diferente do que tinha sido o Mestrado. Eu fui trabalhar com o conceito de “mito político”. Tentei construir o conceito de mito político e operacionalizei analisando a campanha eleitoral de 1994 à Presidência da República do Brasil.

Então basicamente é isso. Eu fiz minha formação toda aqui em instituições brasileiras e com essa trajetória de começar na comunicação social. Mais tarde eu vou recuperar um pouco do que estudei na minha Graduação porque eu passei a trabalhar também com a relação entre mídia e política. Fiz o Mestrado em Ciência Política e o meu Doutorado na Unicamp foi um Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais, mas na prática a interdisciplinaridade era mais de nome do que na formação dos alunos. Eu acabei, embora tenha tido contato com Antropólogos, Sociólogos, mas a minha orientação sempre foi mais pra Ciência Política.

CF: Como surgiu a ideia de criar o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades, o Demodê? Que atividades o grupo desenvolve e quais temas são explorados?

LFM: O Demodê surgiu há 17 anos.

CF: Foi assim que o senhor chegou na UnB como professor?

Um pouco depois. Eu comecei a dar aula aqui no finalzinho de 96, eu estava terminando o meu Doutorado ainda. Você tem um período de ambientação, mas depois você sente que é necessário agregar pessoas pra começar a fazer um trabalho mais consistente. E daí surgiu o Demodê⁷. A ideia é exatamente essa: a sigla surgiu antes do nome porque o entendimento é que a gente acabou naturalizando muito uma percepção de democracia que aceita a democracia sem questionar até que ponto as instituições que se dizem democráticas realizam os valores, os ideais da democracia e essa reflexão mais crítica ela parecia estar fora de moda na Ciência Política, então por isso realmente a busca desse démodé como marca do Grupo.

O Grupo começou muito pouco atuante porque muitas vezes os Grupos de Pesquisa são meras formalidades por causa das exigências das agências de financiamento da produção científica

⁷ Démodé é um adjetivo que expressa algo que está fora de moda. Na música “Baader-Meinhof Blues” da banda Legião Urbana, Renato Russo cita a palavra no trecho: “afinal, amar ao próximo é tão démodé”.

do país, mas ele vai, conforme a gente vai reunindo um grupo de estudantes e de professoras e professores com maior afinidade, ele, de fato, se tornou, ao meu ver, um espaço importante aqui na UnB pra gente fazer pesquisa nessa linha. São linhas de pesquisa que buscam ver a democracia criticamente sem nunca perder de vista o ideal democrático e interrogando, como o nome do Grupo diz, de uma maneira central, o impacto que as desigualdades sociais tem na possibilidade de uma democracia real. Porque parece, e esse é nosso ponto de vista, parece muito estranho que a gente possa julgar que tem uma democracia em funcionamento numa sociedade ao mesmo tempo que tem uma série de hierarquias rígidas, você tem formas de opressão, formas de dominação funcionando nessa sociedade. Então a gente tem vários braços de pesquisa no Demodê⁸. Hoje nós somos cinco professores efetivos aqui do Instituto de Ciência Política da UnB, mas temos outros professores de outros lugares vinculados ao Grupo também.

Nós trabalhamos com a relação entre democracia e gênero, então a gente discute de que maneira as assimetrias de gênero ou a prevalência de estereótipos de gênero criam obstáculos para a organização de uma sociedade efetivamente democrática. Democracia e relações raciais. Democracia e capitalismo. Democracia e controle da informação porque alguns dos pesquisadores, eu inclusive, tem uma experiência e trabalha com meios de comunicação e política e o controle da mídia é um gargalo para uma prática efetivamente democrática. Uma linha de pesquisa sobre representação política e outra sobre ativismo e movimentos sociais. Então é um conjunto amplo que tem a ver com os interesses diversos das pesquisadoras e pesquisadores que participam do Grupo, mas que confluem nessa percepção de que a gente precisa sempre recordar o que que a democracia deseja. Quer dizer, quando a gente fala em democracia a gente está apresentando um horizonte de um determinado tipo de organização política profundamente igualitária, que abra, de fato, possibilidade para que todos e todas participem efetivamente da construção do coletivo. Então quando a gente tem uma

⁸ Para além do site oficial do Demodê, já disponibilizado aqui, vale também acompanhar a fan page do Grupo no Facebook através do link: <https://www.facebook.com/Demode.Ipol.UnB/> Acesso em: 29/04/2018.

institucionalidade que se diz democrática, mas que não realiza esse objetivo, a gente tem que investigar por que e é nisso que as produções do grupo confluem.

A gente tem uma série de pesquisas, vários volumes, inclusive coletivos, outros individuais, publicados pelos pesquisadores do Grupo e realizamos, a cada dois anos um Simpósio Nacional aqui em Brasília sobre democracia e desigualdades⁹ que é a nossa forma de colaborar pra que essa discussão não fique restrita aqui em Brasília ou com focos isolados, mas que a gente seja capaz de criar no Brasil uma rede de pessoas interessadas em aprofundar esse tema.

CF: Conhecendo a sua produção acadêmica, é possível observar um interesse recorrente em temas como mídia, feminismo e representação política. Por que a escolha dessas questões e como você se posiciona em cada uma delas?

LFM: Acho que a escolha dos temas vem de uma trajetória, de acidentes e a partir daí a gente vai construindo pontes que vão de um tema para outro. Quando eu terminei o meu Doutorado que foi então sobre conceito de mito político, mas com um pé na análise da campanha eleitoral de 1994, isso me levou a uma entrada nos estudos de mídia e política porque a campanha eleitoral que eu analisei foi basicamente a campanha na televisão, então nós temos uma série de questões sobre a influência, o impacto dos meios eletrônicos no discurso político. Porque, afinal, o político que fala na televisão ele vai ter que adaptar seu discurso ao meio, ele não pode falar como ele falaria no palanque. Então tem uma série de questões que ligaram esse meu trabalho de Doutorado aos estudos de mídia e política.

Então quando eu me tornei um pesquisador, vamos dizer assim, com “cidadania plena” que é o que acontece quando a gente termina o Doutorado (risos) porque se considera que nesse momento você não precisa mais ser tutelado... Não estou dizendo que seja verdade, mas é, digamos assim, como a academia se organiza, eu passei a me dedicar aos estudos de mídia e

⁹ O 4º e mais recente Simpósio do Demodê aconteceu nos dias 22 e 23 de março de 2018 no Instituto de Ciência Política da UnB. Para explorar o evento e as edições anteriores, acesse o endereço eletrônico: <http://www.sndd2018.eventos.dype.com.br/> Acesso em: 29/04/2018.

política inicialmente. Então eu comecei a participar dos fóruns de mídia e política que já existiam no Brasil, comecei a pesquisar e publicar nessa área e foi a mídia que me levou para os estudos de representação política. Porque a partir de determinado momento, saindo das pesquisas mais empíricas pra tentar alcançar um grau um pouco maior de reflexão teórica sobre a relação entre mídia e política eu acabei chegando a ideias, sustentadas é claro em outros pesquisadores que me antecederam, mas que os meios de comunicação tem que ser entendidos também como uma esfera de representação política. Porque o representante é aquele que decide em nosso nome, mas o representante também é aquele que fala em nosso nome. E, frequentemente, essa fala não se dá no plenário do Congresso, essa fala se dá nos meios de comunicação que são a arena do debate público. Então quando nós temos uma controvérsia pública eu não vou poder falar, a maior parte de nós não vai poder intervir diretamente no debate, mas se espera que as diferentes posições estejam representadas no debate da mídia, então eu passei a formular o entendimento da mídia como espaço de representação política.

E a partir daí eu vou me deslocando do estudo da mídia, propriamente dito, para o estudo da representação política de maneira mais geral que é o que vai concentrar a minha produção e a minha investigação como pesquisador. E o feminismo veio daí. Eu já tinha, então como eu falei, minha mãe era feminista, minha irmã sempre foi militante de Movimento Feminista, então eu já tinha alguma familiaridade com as temáticas feministas, mas na verdade eu passo a trabalhar com feminismo no meu dia-a-dia acadêmico porque estudando as vertentes mais contemporâneas, críticas, da teoria da representação política eu vou perceber que é na teoria feminista que a gente tem as contribuições mais interessantes pra rediscutir representação política. Então quem desafia o pensamento convencional da Ciência Política sobre representação é a teoria feminista. Foi pesquisando sobre a representação política que eu cheguei na teoria feminista e daí eu percebi que a teoria feminista ela é central hoje não só pra gente entender o impacto de gênero na nossa sociedade, mas ela é central pra questionar todos os nossos conceitos básicos. Conceito de cidadania, conceito de Estado, conceito de justiça, conceito de democracia, conceito de representação. Todos eles são questionados pela teoria política feminista que nos obriga a ver elementos que o enquadramento mais tradicional deixa de fora. Então eu acredito que a teoria feminista, evidentemente é muito importante pra gente

questionar as assimetrias de gênero, mas ela nos dá uma série de chaves para a gente interpretar a realidade social e a realidade política de uma maneira que nos torne sensíveis aos obstáculos dos grupos dominados.

É claro, a gente tem contribuições e daí a minha entrada nessa literatura é bem menor, mas a gente tem contribuições de outras vertentes do pensamento. Nós temos uma teoria social negra, contribuições importantes, o fenômeno do racismo estrutural, tem a teoria *queer*, etc., mas eu acho que a teoria feminista ela nos dá uma série de conceitos e de percepções teóricas que servem pra gente problematizar o mundo social do ponto de vista dos dominados. Hoje, eu tenho trabalhado menos com questões específicas de gênero. As pesquisas sobre representação política de mulheres que eu fiz muito no passado, pra ser bem sincero eu cansei porque chega uma hora que a gente ficar na mesma agenda de pesquisa cansa e tem muita gente fazendo isso com muita qualidade, então eu tenho trabalhado menos com gênero, mas eu continuo tendo a teoria feminista como referencial central pra tudo que eu produzo, mesmo quando não estou falando de gênero. Então quando eu estou falando de conflito político, quando estou falando de representação política, quando estou falando do sentido da democracia, o referencial que vem da teoria feminista, no meu trabalho, sempre é fundamental. As pessoas às vezes dizem que eu atiro pra todo lado (risos), mas imagino que de fora dê pra ter essa ideia mesmo, mas internamente eu tenho uma coerência, que eu vejo de onde eu passo de um lugar pra outro.

CF: Ainda na sua agenda de pesquisa: quais autores exercem mais influência na sua produção acadêmica e visão de mundo?

LFM: Se você pegar minha trajetória eu começo numa militância de esquerda marxista e Marx vai ser um autor central na minha formação e é um autor que hoje eu tenho recuperado muito porque... Ainda mais num momento atual de crise capitalista no mundo todo. Aquelas coisas que Marx escreveu há 150 anos elas, evidentemente, não dão conta de tudo, mas mantém uma grande atualidade. Então eu acho que Marx é uma influência forte, tanto pela sua contribuição substantiva na crítica da sociedade capitalista quanto pelo método que ele

nos propõe que é o método histórico mesmo, que a gente não pode pegar as instituições, os conceitos ou os fenômenos e tentar entendê-los de forma descolada dos processos históricos que nos levaram até eles. Então eu acho que Marx é um deles.

Pra citar um segundo nome eu citaria [Pierre] Bourdieu que é um autor que eu fui conhecer só no meu Mestrado porque como eu fiz minha Graduação na Comunicação o meu contato com a teoria social foi muito limitado. Então eu conheci Bourdieu no meu Mestrado. Eu tive uma fase da minha vida que eu fui um Bourdieuano quase fanático (risos). Hoje eu acredito que sou mais moderado, sou capaz de uma apreciação mais crítica da obra do Bourdieu, mas ele ainda continua sendo um autor central porque o Bourdieu ele vai nos dar as ferramentas pra gente fazer uma crítica dos mecanismos de sujeição simbólica a que nós estamos submetidos na sociedade que nós vivemos. Eu acho que isso é fundamental porque ele nos apresenta uma crítica da produção social das mentalidades que eu acho que é fundamental quando a gente vai questionar a reprodução de formas de comportamento autoritárias, de formas de percepção de mundo hierárquicas. Então eu acho que qualquer projeto emancipador tem que entender, tem que tentar entender como é que se formam essas visões de mundo, como é que elas se reproduzem na sociedade e eu acho que Bourdieu vai ser um autor central nisso.

Eu poderia citar um elenco aqui de autoras feministas que me influenciaram, mas eu vou centrar na Carole Pateman. Pateman que é uma autora ainda atuante. A obra dela não é muito extensa, mas é muito sólida. E Pateman vai me influenciar de diferentes maneiras porque ela foi uma teórica da democracia participativa antes de se tornar uma teórica feminista. Ela vai apresentar propostas de uma reforma do funcionamento da democracia de maneira a torná-la muito mais inclusiva, muito mais igualitária, que vão sofrer críticas, inclusive autocríticas dela, mas que ainda são, ao meu ver, muito úteis pra gente entender os limites da democracia liberal. E depois ela vai ser uma teórica feminista que vai ser uma das principais no esforço de reler a história da teoria política com a perspectiva feminista. Isso me ajudou muito no meu trabalho também com a história da teoria política. Eu acho que ela é uma autora polêmica, deliberadamente polêmica, mas ela vai fazer contribuições que vão ser centrais pra gente

questionar o que fica de fora das narrativas políticas tradicionais, por exemplo a narrativa do contrato social, pra pegar um livro importante dela.

CF: Em *O Contrato Sexual*?

LFM: É, no *Contrato Sexual*. A gente trabalha com uma naturalização dos agentes da política que ignora, por exemplo, as desigualdades de gênero. E que ignora, na verdade, a desigualdade de classe e que ignora, na verdade, todas as desigualdades onde tem uma abstração do agente social concreto. E esse é o ponto central da Pateman porque ela faz uma crítica do liberalismo desse ponto de vista. Ela faz uma crítica da ideologia do contrato e ela faz uma crítica dos fundamentos da teoria política liberal exatamente pela abstração que colocam no lugar dos sujeitos sociais. Então, permanentemente, a gente está trabalhando com a ideia de um cidadão e esse cidadão ele não tem gênero, ele não tem cor da pele, ele não tem classe social, ele é simplesmente essa abstração. É universal. Só que concretamente esse universal é homem, branco, heterossexual, burguês. Na prática aquele que reúne as condições efetivas para agir como cidadão universal na sociedade que nós temos é esse que ocupa os papéis sociais privilegiados. Então Pateman foi fundamental na minha formação. É claro que eu podia citar a Iris Young que também faz uma crítica do universalismo abstrato, eu podia citar a Nancy Fraser...

Só pra concluir com um quarto [autor] eu não posso deixar de citar Maquiavel. Eu acho que Maquiavel é uma coisa espantosa porque ele escreveu há mais de 500 anos, mas ele continua sendo importante pra impedir que a gente recaia numa visão idealista e idealizada do que é a política. Porque essa visão idealista e idealizada ela não nos ajuda a intervir no mundo. Pra transformar o mundo realmente existente.

CF: Essa ideia da negociação na esfera política institucional, é isso? Porque os próprios conflitos seriam resolvidos na arena institucional...

LFM: Eles seriam resolvidos com boa vontade de lado a lado, com busca do encontro e da solução e na verdade Maquiavel nos mostra que a esfera da política, a gente pode achar que isso não é bom, mas não é porque a gente não gosta que vai deixar de ser assim. A esfera da política é marcada por pulsões de mando, por vontade de dominação e a gente tem que entender isso realisticamente. Então acho que Maquiavel, que é outro que vou ler mais tarde... Eu li Maquiavel na minha Graduação, mas li assim sem grandes preocupações. Só, na verdade, quando eu me torno professor e vou assumir uma disciplina de Teoria Política Moderna, e isso é uma das grandes vantagens da docência porque a gente tem que estudar muito pra dar aula, e daí eu vou mergulhar no Maquiavel de volta por causa disso e aí é que eu vou entender a grandeza do Maquiavel que é um autor que eu continuo lendo muito e que eu acho que, muito longe da caricatura que é feita dele, ele é um teórico muito sofisticado.

CF: Caminhando pra conjuntura política nacional, qual o balanço você faz dos governos de Lula e Dilma?

249

LFM: Esse é um debate importante pra gente entender o momento que a gente vive, entender quais são os caminhos que a gente pode tentar trilhar para o futuro, para construir um país um pouquinho melhor. O problema é que hoje a gente fica muito dividido entre duas visões polares, né? Uma é que Lula e Dilma não construíram uma situação que impedisse o Golpe, portanto, o governo deles foi um fracasso, e a outra é que em comparação com o que veio depois o governo deles foi uma maravilha, então eu acho que a gente tem que tentar ficar numa posição menos simplista.

Eu acho que os governos do PT foram governos que ajudaram a superar desafios importantíssimos do Brasil. Acho que a gente não pode negar isso. Eu vou fazer, em seguida, a essa resposta algumas críticas aos governos do PT, mas eu acho que eles tiveram um sentido

de urgência muito forte diante das necessidades das populações mais carentes do país. Então acho que isso é algo valioso, quer dizer, você não pode pensar em ficar discutindo soluções utópicas e ao mesmo tempo deixar com que dezenas de milhões de pessoas permaneçam sem ter o que comer. Então nós tivemos num período bastante curto uma evolução muito significativa na vida das pessoas mais pobres do país. Isso é um ganho inestimável.

Nós tivemos os programas de transferência de renda, permitindo então que as pessoas saíssem de uma situação de desespero quanto a sua vida. Nós tivemos programas como o “Luz Para Todos”. São programas que vão ser criticados por alguns setores porque eles estão vinculados à permanência de uma matriz energética que destrói a natureza, e essas críticas são relevantes, mas por outro lado eu não vi nenhuma pessoa se dispondo a abrir mão do seu acesso à energia elétrica por qualquer um desses motivos. Então manter famílias sem a possibilidade de acesso à energia elétrica significa você privar milhares e milhares de pessoas nesse país afóra do acesso à vida moderna. Esse foi um programa de gigantesca importância e impacto real na vida dos brasileiros dos rincões mais afastados dos grande centros do país. Nós tivemos políticas como o “Minha Casa, Minha Vida”, também alvo de críticas porque não faz uma transformação significativa na distribuição do solo urbano mas, por outro lado, também para a vida da pessoa que tem a insegurança se vai ter ou não vai ter um teto sobre a sua cabeça a possibilidade de ter acesso à casa própria tem um impacto significativo. E nós tivemos a democratização do acesso ao Ensino Superior que também tem um sentido que é o sentido não apenas na vida das pessoas que conseguem essa ampliação dos seus horizontes, mas tem também um sentido simbólico muito forte porque mostra que o pobre não é incapaz do trabalho intelectual. Então quebra hierarquias simbólicas que são muito consolidadas no Brasil. E eu posso pensar em várias outras medidas: nós tivemos o estímulo na produção cultural de grupos periféricos que também tem um papel muito importante, então, de repente, pela primeira vez você tem populações negras, populações da periferia, grupos de pessoas pobres sendo capazes de produzir filmes que retratam a sua visão do seu próprio mundo, ao invés de eles serem, como sempre acontecia, obrigados a consumir a visão que as elites produziam sobre eles. Então tudo isso tem uma importância grande. Na entrevista que ele deu

e que saiu naquele livro *A Verdade Vencerá*¹⁰, Lula diz que na verdade ele praticamente promoveu uma revolução no Brasil. Ele diz: “Dizem que eu fiz um governo de conciliação, mas conciliação é quando você pode fazer mais e faz menos. Eu não podia fazer nada e consegui fazer um tanto”. É claro que ele está defendendo o seu próprio governo, mas a gente não pode ignorar a importância das transformações que os governos do PT trouxeram ao país.

Ao mesmo tempo houve limites a esses governos. Houve limites que foram, na verdade, fruto do entendimento que, ao meu ver, era o entendimento do Lula naquele momento, de que se ele tentasse ultrapassar determinadas fronteiras o seu governo seria desestabilizado. Se a gente lembra como foi a vitória do Lula em 2002, houve um terrorismo por parte dos mercados. O dólar subiu as alturas, a bolsa caía, o Risco Brasil era gigantesco. Existia um sério risco de uma crise provocada pelo desinvestimento dos capitalistas no país e essa ameaça nunca ficou fora do horizonte. Então Lula entendeu que era preciso abrir mão de muito para conseguir, efetivamente, fazer algumas coisas. De uma maneira bem simplificada ele abriu mão de tudo para combater a fome no país, acho que essa era a prioridade número um do Lula e foi essa barganha que ele fez com as classes dominantes do país.

O que acontece é que como parte dessa barganha houve uma desmobilização dos movimentos sociais que historicamente estiveram vinculados à esquerda e ao PT no país, então a gente acompanha esses governos, mas temos uma decadência da capacidade de pressão do sindicalismo, nós temos vários movimentos sociais sendo cooptados para o governo, então você coloca pessoas no governo que vem dos movimentos sociais, isso por um lado é bom porque essas pessoas são sensíveis à agenda dos movimentos sociais, mas por outro lado faz com que os movimentos sociais passem a se tornar anexos do governo. Para pegar um exemplo, que eu estudei, gênero. Você cria uma Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM] e coloca uma série de pessoas com histórico do Movimento Feminista dentro do

¹⁰ Luis Felipe faz referência ao livro *A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam* publicado pela Boitempo no primeiro semestre de 2018 na iminência da prisão do ex-Presidente Lula. Vale notar que Luis Felipe assina o prefácio da obra e que muito do balanço dos governos petistas desenvolvido nessa entrevista pode ser encontrado lá. Ainda sobre essa publicação, o professor fala: “O livro tem uma posição que é a de que uma condenação injusta e uma retirada injusta de uma candidatura fere o que a gente pode ter de democracia nesse país, apesar de tudo, mas nunca houve um alinhamento com o PT [da editora Boitempo]. Eu acho que o livro mostra isso, quer dizer, é um livro que, claro, dá a palavra ao Lula, inclusive porque a mídia não dá a palavra a ele, mas não deixa de apresentar visões críticas também”.

governo e isso é bom, mas por outro lado o Movimento Feminista passa a pensar que é necessário proteger esse governo e isso reduz o ímpeto da pressão sobre o próprio governo. Com o sindicalismo acontece a mesma coisa. Isso acontece em geral. Então na hora em que as classes dominantes decidem romper esse pacto você tem pouca capacidade de mobilização pra defender aquilo que se tinha. Porque houve uma desmobilização de muitos anos. E porque as novas bases do lulismo, as pessoas mais pobres que normalmente estavam vinculadas à grupos políticos conservadores, mas que mudam de posição quando percebem o impacto das políticas redistributivas nas suas vidas, essas pessoas elas nunca aprenderam nenhuma forma de expressão política além do voto.

Porque o PT que chega no governo espera, na verdade, um círculo virtuoso em que ele faz políticas que beneficiam a maior parte das pessoas, essas pessoas votam pela permanência das políticas, eles ganham um novo mandato, fazem mais políticas e assim é por diante. Na hora que esse círculo é quebrado pelo Golpe de 2016 essa base, é o que a gente vê hoje no país, as pesquisas mostram que elas estão dispostas a votar no Lula. Quando o Lula faz aquelas caravanas as multidões vão lá vê-lo. Mas fora isso, elas tem pouquíssima capacidade de mobilização, elas não são capazes porque não tem esse repertório de fazer uma greve, uma ocupação, algum tipo de pressão. Então isso nos deixou muito desprotegidos e eu acredito que essa experiência, que foi a experiência do PT no poder, ela teve seus méritos e teve seus limites, mas ela não tem como ser reeditada porque as classes dominantes brasileiras resolveram pôr limites ainda mais restritos.

Mas eu também não sou daqueles que diz que a conciliação promovida pelo Lula ela foi, em si, errada, porque se depois de 13 anos e meio não deu certo, nada diz que um outro caminho teria dado certo. Quando o Lula decide fazer esse governo mais conciliatório é a partir da compreensão de que caminhos de maior enfrentamento estavam, necessariamente, fadados ao fracasso. E ele tinha razão porque a história brasileira coloca isso, então eu acho que a experiência do PT no poder foi uma experiência de tentar fazer algo em circunstâncias muito adversas que são as circunstâncias da política de um país tão autoritário, tão elitista e tão atrasado quanto o Brasil.

CF: Como surgiu a ideia de oferecer a disciplina “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil” no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília? Esperava a proporção que ela ganhou nos últimos meses? Como reagiu a ela?

LFM: Veja Cleyton, não houve nada demais no oferecimento dessa disciplina. Existe um rodízio dos professores aqui nas disciplinas obrigatórias e optativas da Graduação. Eu tive a chance de oferecer uma disciplina optativa e eu conversei com a professora Graziela que é Coordenadora da Graduação sobre a possibilidade de oferecer uma disciplina de Tópicos Especiais. Tópicos Especiais são disciplinas com conteúdo variável e que são normalmente oferecidas vinculadas aos projetos de pesquisa que os docentes estão realizando naquele momento. E eu tinha acabado de ter renovado a minha bolsa de pesquisa do CNPq e o meu novo projeto é o projeto exatamente sobre a conjuntura política aberta com o Golpe e que na verdade eu pretendo aproveitar o meu investimento no estudo da Teoria da Democracia, que é um investimento aí de muitos anos, e a partir desse referencial teórico plural tentar entender o que está acontecendo no Brasil. Eu não vou lembrar pra você o título do projeto agora, mas é um projeto que fala sobre isso. A palavra “Golpe” está na primeira frase do projeto. Porque quando a gente oferece uma disciplina a gente se obriga a sistematizar pensamentos que ainda estão meio soltos. Então eu pensei: “Vou oferecer uma disciplina colada no meu projeto de pesquisa” como eu já fiz várias vezes porque... Aliás, você fez uma disciplina também de Tópicos Especiais comigo na Pós-Graduação, que é um livro que eu lancei agora *Dominação e Resistência*¹¹ porque aquela disciplina, eu já estava num momento mais avançado da pesquisa, mas ajudou a organizar, dar organização final aos argumentos que depois eu coloquei no livro.

Então é isso que eu estava fazendo, vou dar uma disciplina sobre o Golpe que reúna discussões teóricas sobre democracia, História do Brasil e análises da nossa situação atual. E isso foi aprovado sem nenhum tipo de contestação. Você sabe que aqui na Ciência Política da

¹¹ *Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória*, publicado pela Boitempo e lançamento mais recente de Luis Felipe Miguel. O livro pode ser adquirido no endereço: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/dominacao-e-resistencia-776>. Acesso em: 29/04/2018.

UnB nós temos um corpo docente muito diverso com pessoas com diferentes posições políticas, pessoas à esquerda, pessoas à direita, pessoas ao centro, pessoas muito pelo contrário (risos), então ninguém contestou. É uma disciplina perfeitamente normal. Então eu nunca esperei que tivesse uma repercussão, além da reclamação de um ou outro grupo radical de direita aqui do *campus*, mas eles reclamam de tudo então não seria nada demais. O que causou isso tudo foi uma confluência de fatores mais ou menos fortuitos, mas o principal deles foi o fato de a gente ter ocupando a cadeira de Ministro da Educação naquele momento um sujeito absolutamente desqualificado pro cargo, que não tem a menor compreensão de como funciona a universidade, de como funciona a pesquisa científica, de como funciona o fazer acadêmico. No momento em que o Ministro... No momento em que o ocupante do Ministério da Educação¹² vai fazer ameaças, afirma que vai censurar uma disciplina, é claro que isso vai suscitar a reação. Mas o que foi excepcional não foi a disciplina, o que foi excepcional foi a reação do Mendonça Filho.

E daí isso gerou uma reação muito bonita na universidade brasileira. Uma reação de solidariedade, mas que não foi solidariedade só no sentido de fazer moções de apoio porque isso tudo mundo faz, mas no sentido de que centenas de colegas pelo Brasil afora decidiram se juntar para dividir o ônus das pressões e das tentativas de censura do Ministério. Então a gente tem aí cerca de 40 cursos sobre o Golpe nas universidades brasileiras, o que, na prática, significa que não sou eu que vou ser censurado, se eles quiserem censurar vão ter que censurar a universidade brasileira toda. Foi uma manifestação muito tocante de colegas, a maior parte dos quais nem me conheciam, mas que entendem que nesse momento era importante marcar uma posição pra garantir a autonomia universitária. Porque no final das contas é isso que está em questão: a gente vai poder na universidade fazer nosso trabalho ou nós vamos ter poderes externos decidindo o que pode e o que não pode ser pesquisado, estudado, discutido? Essa ideia então, que você vai ter um juiz, vai ter um procurador, vai ter um conselheiro do Tribunal de Contas revisando bibliografia de disciplina?

¹² É interessante perceber o uso cuidadoso das palavras que Luis Felipe faz ao longo da entrevista. Pode parecer sutil, mas entre “Ministro” e “ocupante do Ministério da Educação” há uma diferença latente que busca expressar a ilegitimidade da indicação de cargos públicos no Governo Temer. A ilegitimidade decorre da ausência de autorização, ou seja, do voto para se chegar ao poder.

A ideia de autonomia universitária é o que é baseado exatamente no reconhecimento de quem tem competência para dizer o que é válido como discussão acadêmica ou não é a própria academia, não é o poder externo. Então eu acho que de uma maneira que não foi prevista, mas o oferecimento da disciplina aqui gerou uma reação em cadeia que está fomentando um estudo mais sistemático do Golpe nas universidades pelo país afora. E eu falei estudo porque é estudo. Porque se fosse pra reproduzir discursos partidários a gente não precisa da universidade pra isso. E eu acho que o que incomoda aqueles que ocuparam o poder é que eles sabem que o que vai sair desses cursos é o conhecimento mais aprofundado, o conhecimento científico sobre a realidade brasileira atual. Eu acho que essa é a grande contribuição que nós da universidade podemos dar. É aprofundar, é fazer o nosso trabalho da maneira mais séria e rigorosa possível e com isso aprofundar o conhecimento sobre a realidade e a partir daí dialogar com a sociedade com esse conhecimento. Por isso são cursos que estão acontecendo, são cursos acadêmicos, não são atividades de proselitismo político. Então eu acho que esse foi um saldo positivo porque veio de algo que foi inicialmente muito ruim porque a ameaça vindo de alguém que está numa posição de poder não é algo agradável para ser recebido, ainda mais no momento que a gente tem no Brasil em que as nossas garantias legais parecem um tanto quanto comprometidas.

CF: E é legal que você está deixando textos no Blog do Demodê¹³ como se fossem sínteses de cada encontro que as pessoas podem acessar. Ter acesso ao conteúdo e também difundir em seus cursos. É uma coisa que sai para além da UnB e para além da Ciência Política.

LFM: Eu acho que eu não consegui manter os textos no ritmo que eu queria porque demanda muito tempo. Entre uma preparação de aula, que é algo para ser falado, e um texto escrito existe um processo aí que eu não estou conseguindo manter o ritmo, mas eu acho que é importante porque eu acho que a universidade tem que fazer seu trabalho direito, como falei, tem que fazer um debate aprofundado, mas ao mesmo tempo ganha dialogando com a

¹³ O Blog pode ser acessado aqui: <https://grupo-demode.tumblr.com/>. Acesso em: 29/04/2018.

sociedade. Nós não somos uma coisa à parte da sociedade, nós somos parte dessa sociedade, então eu acho que a universidade tem que dialogar com os movimentos sociais, tem que dialogar com a sociedade civil, tem que falar pra sociedade e tem que ouvir da sociedade também.

Eu acho que isso é de maneira geral, mas ainda mais quando a gente está tratando de questões que são questões aí candentes que estão no calor da hora. Então eu acho que é importante. Vários desses cursos que estão sendo oferecidos pelo Brasil afora estão tendo... Alguns são cursos de extensão que permitem a entrada de pessoas de fora da universidade para participar do debate. Outros estão tendo formas de divulgação que permitem também que um público maior conheça. Eu acho que de todos o que está mais restrito, afinal, é o meu, que é uma disciplina e que por conta da pressão que sofreu foi tomada a decisão, junto à Reitoria da UnB de manter o mais regular e tradicional possível pra evitar qualquer tentativa de judicialização contra a disciplina.

CF: Qual a sua avaliação do Governo de Michel Temer e da democracia brasileira no período atual?

LFM: A minha avaliação do governo Michel Temer é idêntica a da esmagadora maioria dos brasileiros, ou seja, é um desastre. Eu acho que a gente tem uma ruptura forte das regras democráticas quando houve um *impeachment* sem crime de responsabilidade. Naquele momento a regra básica da democracia que é a que os governantes tem que ser autorizados pelo povo ela foi jogada por terra. Nós temos a partir daí um funcionamento irregular na noção do império da lei. Porque a lei ela fala coisas diferentes de acordo com quem é o objeto da ação legal. Então políticos são investigados, outros mantêm o mandato, pessoas são presas em algumas circunstâncias, em circunstâncias idênticas outras pessoas não são presas, nós temos a violação expressa de dispositivos constitucionais como ocorre no caso da prisão do Presidente Lula que basta ler o Art. 5º da Constituição e está claro que não existe possibilidade de prisão antes de esgotados os recursos legais. E se pode dizer que esse dispositivo é certo ou que é errado, agora o que não se pode é decidir que a Constituição não

vai cumprida. Então a gente tem uma ruptura das regras básicas da democracia. Acho que a gente está numa situação em que a gente não pode dizer que tem uma democracia vigorando no país.

Mas a gente ainda não tem uma ditadura também. A gente está numa situação incerta em que a gente tem força de manutenção da ordem democrática ainda atuando, mas forças de destruição dessa ordem também já eclodiram e estão muito presentes ocupando posições de poder. Eu acho que é uma situação muito preocupante porque a gente não tem os poderes constitucionais funcionando como deveriam. E mesmo nosso Supremo Tribunal Federal que deveria ser o guardião da Constituição, ele se comporta da maneira como a gente vê e não é capaz de cumprir essa sua função. Isso tudo é um instrumental para que o governo que aí está implante a agenda que está implantando que é de desmonte do Estado brasileiro, desnacionalização da economia, redução de direitos, que é uma agenda que só pode ser implantada mesmo por quem não dependeu da autorização popular para chegar ao poder.

Então o que que nós temos? Nós temos a PEC que congelou o gasto público que significa, na verdade, levar a educação, a saúde, à insolvência. Como que a gente poderia esperar que o eleitorado aprovasse a destruição da saúde e da educação pública? A desnacionalização da economia, nós tivemos a entrega de riquezas naturais, de produtos tecnológicos construídos pelo Brasil para empresas estrangeiras. Vários setores da economia estão sendo liquidados e isso está sendo feito sem nenhum tipo de debate com a sociedade porque também na história do Brasil as políticas entreguistas sempre foram derrotadas. Tem o fim da legislação trabalhista, a tentativa de fim de direitos previdenciários, então essa ordem que não é mais democrática ela é essencial pra que esse programa de retrocessos seja levado adiante. Acho que a gente está entrando numa situação muito dramática porque eu disse que o governo Temer é péssimo, mas ele só é péssimo para 99% da população. Tem 1% para quem esse governo está sendo ótimo. Porque ele está conseguindo retirar direitos e, portanto, fortalecer os privilegiados de uma maneira que seria impensável num regime propriamente democrático. Então existe um projeto por trás desse governo que é um projeto de produzir um país pior, pior para a grande maioria da população.

E nisso o que a gente tem é uma ofensiva em todos os campos, quer dizer, quem perde com o Governo Temer? Perde a classe trabalhadora, perde a população negra, perdem os povos indígenas, perdem as mulheres, perde a população LGBT, perdem os professores, perdem os estudantes, perdem os intelectuais, perdem os artistas, perdem as periferias. Então é um retrocesso geral, quer dizer, para cada um desses grupos facilmente a gente poderia encontrar ações concretas do governo que vão contra ou desmontando políticas ou cortando verbas de órgãos que davam assistência a esses grupos, ou cerceando suas manifestações, ou, inclusive, retirando integrantes desses grupos dos espaços simbólicos que eles tinham conseguido ocupar. Eu acho que o Ministério de homens brancos do Temer é muito significativo desse ponto de vista, então você está reforçando as hierarquias sociais que, bem ou mal, estavam sendo desafiadas. Estavam sendo desafiadas pelos governos do PT e estavam sendo desafiadas por uma efervescência de uma sociedade brasileira que não dependeu dos governos do PT, mas que se beneficiou de algumas de suas políticas. É um governo destinado, quer dizer, voltado a fazer com que o relógio ande pra trás.

CF: Imagino que na sua disciplina haja bastante espaço para discutir balanços e fazer análises sobre como a democracia brasileira foi golpeada em 2016 pelas elites, mas qual espaço é destinado às reflexões sobre o futuro da democracia? Qual prognóstico você faz desse futuro democrático?

LFM: Eu acho que é difícil mesmo porque a gente tem circunstâncias em que nós estamos sendo derrotados. Nós, eu falo, é todo campo democrático, todo campo popular, todas as forças do progresso. Nós estamos sendo derrotados e existe um esforço para que a gente sinta que a gente não tem saída. Eu acho que isso não é por acaso, mas acho importante a gente tentar sempre levar em conta que a realidade é composta também dos movimentos pela transformação dessa realidade. É uma coisa lá que o Gramsci já dizia. Eu acho que se as forças da reação estão na ofensiva, mas por outro lado é difícil imaginar que não vai haver resposta. Por mais anestesiadas que as pessoas fiquem nos primeiros momentos, mas o que que a gente vai esperar? Que os trabalhadores abram mão dos seus direitos e que vivam numa

situação de penúria, voltem para uma situação de penúria e simplesmente abaixem a cabeça e pronto? Que as pessoas que tiveram condições de levantar a cabeça acima da linha da miséria, elas vão recuando de volta para a situação anterior e não vai haver nenhum tipo de reação contra isso? Que, sei lá, a gente vai reafirmar os valores tradicionais do patriarcado, como é o projeto desse governo, claramente pelas suas medidas, pelas suas declarações e tudo bem? Quer dizer, as mulheres vão abrir mão do que já foram capazes de conquistar com a sua luta durante décadas e tudo bem? Que a população LGBT vai abrir mão dos avanços que teve e vai voltar a situação de invisibilização e vai parar de reagir às violências porque esse é o projeto desse novo governo? Isso não vai acontecer.

Então eu acho que a gente tem focos de resistência da sociedade. Como é que essa reação vai se dar? Depende da nossa capacidade de articular essa resistência. Porque o que a gente vê hoje é muita insatisfação com essa nova ordem que se instituiu. Isso até as pesquisas mostram. Existe insatisfação. Falta capacidade de organizar essa insatisfação num tipo de ação política mais efetiva. Então eu acho que a gente tem aí um cenário sombrio pra um futuro imediato, mas eu não acredito que exista possibilidade desse retrocesso se consolidar à longo prazo porque afinal a gente não pode acreditar que as pessoas são manipuladas ao ponto de perderem o contato com as suas próprias vivências. As pessoas vivem suas vidas e extraem sentido delas, então elas são capazes de perceber o que está acontecendo.

Agora, quando a gente for capaz de retomar o processo de construção democrática eu acho que a gente deveria extrair uma lição do que está acontecendo hoje e a lição é que essa democracia limitada que a gente teve no Brasil, essa democracia de baixa intensidade, ela é insuficiente. Que se apostou que se a democracia fosse limitada ela seria mais segura, ela seria mais estável porque afinal é melhor ter um pássaro na mão do que dois voando, então se a gente quisesse democratizar demais, a gente ia balançar demais alguns privilégios e teria uma reação conservadora. Ficou claro que não é assim, que essa democracia limitada ela nos retirou elementos de resistência. Então uma democracia para ser reconstruída no Brasil ela vai ter que ser uma democracia mais exigente em relação à igualdade política. Pelo menos essa é minha aposta.

CF: Como ativista e pesquisador LGBT, e levando em conta que essa edição de lançamento da Debates Insubmissos conta com um dossiê sobre gênero, sexualidade e artefatos culturais, gostaria de perguntar como podemos articular a luta pela democracia e a luta pela diversidade sexual e de gênero no Brasil?

LFM: Muitas vezes você tem correntes que pensam numa transformação das estruturas políticas e julgam essas pautas como pautas secundárias, que são de interesse apenas de grupos específicos. Eu acho que a gente tem que começar pensando o que a gente quer entender como sendo a democracia.

Se a gente entende a democracia como sendo simplesmente o processo pelo qual a gente vota e votando a gente escolhe alguém pra mandar (e isso já foi rompido no Brasil em 2016), mas se é só isso, esse sistema ele pode ser compatível com muitas formas de desigualdade e de opressão na sociedade. Agora, se a gente pensa na democracia como uma maneira pela qual as pessoas devem, em igualdade de condições, contribuir para produzir a coletividade, em que as regras que vão gerir a nossa vida como coletividade devem ser produzidas com a participação potencialmente igual de cada um de nós, então a democracia é incompatível com qualquer forma de opressão dentro da sociedade. Dá até pra gente pensar, e isso é uma coisa que eu tenho pensado, que o sentido da democracia, na verdade, ela permite identificar os focos de dominação na sociedade e tentar extingui-los. Então como é que a gente vai ter uma ordem que seja democrática ao mesmo tempo que a gente mantém na sociedade, por exemplo, a hierarquização que faz com que na esfera privada as mulheres estejam em posição inferior aos homens? A gente não vai conseguir ter uma democracia de verdade se metade da população está submetida a formas de opressão. Ou como a gente vai ter uma ordem efetivamente democrática se as pessoas LGBT elas são tolhidas da expressão da sua autonomia individual e podem sofrer formas de violência que a sociedade faz vista grossa por causa da expressão do seu modo de ser e da sua autonomia individual? Então são situações que fazem com que determinados grupos de pessoas tenham, na verdade, a sua capacidade de participação na coletividade tolhida por formas de opressão que existem nas próprias estruturas sociais. Então

eu acho que a democracia ela não pode, por isso também o nome do grupo lá Democracia e Desigualdades. Democracia de verdade não pode conviver com esses padrões de desigualdade, essas desigualdades impedem o funcionamento da democracia.

Por outro lado eu acho que é profundamente ilusório a gente pensar que pode avançar nas pautas desses grupos, que vão ser chamados identitários, é claro, porque são grupos que tem uma identidade própria, mas o que não quer dizer que suas demandas sejam só de identidade, porque são demandas de mudança de estruturas sociais, mas imaginar que a gente vai poder avançar na igualdade desses grupos numa sociedade autoritária. Porque existe uma realimentação entre o autoritarismo político e o autoritarismo social e não é à toa que os grupos da direita eles tem um discurso que une as duas coisas. É o discurso de redução da democracia e de reafirmação das hierarquias no mundo social. Hierarquia racial, hierarquia de gênero e assim por diante. Então eu acho que essas pautas elas estão intrinsecamente ligadas.

O problema é que diferentes grupos sociais vão ter naturalmente diferentes prioridades de agenda. E porque a esquerda passou muito tempo secundarizando tudo em relação ao eixo de classe, a esquerda não está acostumada a lidar com essa pluralidade de agendas no seu interior. Então espera que a gente seja capaz de ter uma pauta unificada em que A é o mais importante, B vem depois e C vem depois. Então agora nós temos que lutar, sei lá, contra a prisão do Lula e a gente não pode falar de outra coisa. Ou a gente tem que lutar contra a reforma trabalhista e a gente não pode falar de outra coisa. No entanto, é natural que para um determinado grupo, sei lá, a legalização do aborto esteja no topo da agenda e isso não seja o topo da agenda de outro grupo, mas ainda assim nós podemos trabalhar em conjunto, buscando encontrar no meio dessas diferentes perspectivas os pontos de conexão e articulá-los. Eu acho que o principal ponto de conexão é esse, são todas demandas emancipatórias, demandas contra as formas de dominação que incidem na sociedade, mas pra isso é preciso entender essa situação de pluralidade das pautas, de pluralidade dos sujeitos sociais que é própria do campo popular hoje e que não vai mudar.

E eu acho, e isso é uma avaliação da nossa situação atual, que boa parte da energia que existe hoje, de enfrentamento ao que está acontecendo no país, vem mais do que do Movimento

Sindical, vem do Movimento de Mulheres e do Movimento LGBT. Acho que são articulados de maneira muito dispersa, com uma miríade de coletivos e tal, mas existe uma energia de enfrentamento, inclusive porque talvez sejam os grupos que sofrem... Os trabalhadores também, mas que sofrem muito claramente o retrocesso e esse emparedamento das posições progressistas, essa volta do conservadorismo repressivo-moral. Então existe uma energia muito forte de resistência desses Movimentos. Eu acho que é importante respeitar essa energia e tentar integrá-las umas com as outras pra conseguir uma grande frente. Agora, não tem nenhum tipo de receita pra isso, mas eu acho que é necessário fazer esse esforço, quer dizer, a esquerda se reinventar, aceitando sua pluralidade, respeitando as diferenças entre os grupos e buscando uma unidade que não seja uma mesmice, mas sim uma convergência em pautas comuns.

CF: Considerando o macarthismo que vigora atualmente na educação – do qual você foi vítima direta – e a sua experiência como ex-editor da Revista Brasileira de Ciência Política, que mensagem você deixa para um periódico científico que já nasce com uma perspectiva crítica como a Revista Debates Insubmissos?

262

LFM: Eu acho que o que a gente tem que fazer mesmo é isso, não se render ao que você chamou muito corretamente de macarthismo. Eu acho que a gente tem uma situação muito similar ao macarthismo nos Estados Unidos, quer dizer é uma situação em que não existe uma criminalização na letra da lei, mas existe um ambiente social que tenta nos calar, em que a expressão de uma posição divergente ela sofre violência e os poderes constituídos não nos protegem. Isso é próprio do macarthismo dos anos 50 nos Estados Unidos. Nunca foi proibido ser comunista nos Estados Unidos, mas existia um ambiente social que impedia que as pessoas consideradas comunistas, consideradas com posição à esquerda se expressassem e os poderes constituídos simplesmente assinavam embaixo, não garantiam os direitos dessas pessoas.

O que a gente está vendo no Brasil é isso, a ideia de que o pensamento crítico é um pensamento que foge da neutralidade que se tornou então o novo fetiche, a neutralidade na

produção do conhecimento, essa neutralidade que a gente sabe que não passa do conformismo com relação ao mundo que está aí. Então eu acho que a gente tem que reforçar os espaços do pensamento crítico, os espaços da reflexão crítica sobre a realidade, a gente tem que fazer isso no nosso dia-a-dia não abrir mão disso e, muito importante, criar espaços de diálogo e difusão dessas perspectivas críticas. Porque eu tenho certeza que quanto mais aberto, mais franco for o debate, maior é a vantagem pra quem está do lado dessas posições críticas porque o nosso discurso, o discurso que questiona os fundamentos da sociedade, é o discurso que talvez funcione de uma maneira mais difícil com a banalização dos *slogans* porque ele exige maior aprofundamento, então quando a gente tem a capacidade de fazer uma discussão mais aprofundada a gente ganha.

O surgimento de revistas como a Debates Insubmissos que abre um espaço pra isso, para que na sua diversidade, porque nós não temos todos as mesmas posições, os mesmos enquadramentos teórico-metodológicos, os mesmos pontos de vista, mas na sua diversidade a gente tenha espaço para dialogar entre si e com o mundo, eu acho que é fundamental. Se a gente não mantiver a reflexão crítica sobre o mundo, se a gente não mantiver a possibilidade de uma educação libertadora, daí sim a gente vai piorar muito a condição de que a gente progrida porque essa reflexão crítica é fundamental pra produzir uma postura diante do mundo que se contraponha aos valores que são hoje hegemônicos, que ajude a construir um mundo mais solidário, mais humano, mais justo e mais livre. Então manter e ampliar esse diálogo e essa reflexão é matéria que sempre foi importante, mas que nesse momento é ainda mais fundamental.

Dados da Entrevista

Cleyton Feitosa Pereira entrevista Luis Felipe Miguel, professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Duração: 76 minutos e 47 segundos. Data: 24 de abril de

2018. Local: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - IPOL/UnB, Campus Darcy Ribeiro, Brasília, Distrito Federal, Brasil.